

Aconteceu

LÍDER RURAL É BALEADO POR DEFENDER POSSEIROS



O atentado contra o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, Sebastião Lan, está sendo atribuído a pessoas ligadas à UDR fluminense. Ele foi baleado na cabeça e no pescoço por dois homens, em frente à Fazenda Campos Novos, desapropriada em 83 por decreto presidencial. A CPT do Estado do Rio divulgou nota assinada por 17 entidades (entre estas o CEDI), exigindo justiça. A omissão das autoridades, segundo a nota, possibilitou o aumento da violência e a existência destes crimes. Responsabiliza o Governo Federal, por assistir passivamente a invasão, por grileiros, das terras desapropriadas; a Justiça federal, por não ter executado a liminar despejando os grileiros da Fazenda Campos Novos; e o Governo do Estado por ter se mantido omissos diante das ameaças contra Sebastião Lan. O Presidente do Sindicato rural de Cabo Frio está internado em estado gravíssimo no CTI do Hospital de Cabo Frio.

Última Página

Nota da Redação

Aconteceu semanal é uma publicação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) dedicada ao acompanhamento das lutas encaminhadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas nas seções Trabalhadores Rurais, Trabalhadores Urbanos, Índios, Educação Popular e Igrejas, que compreendem os programas básicos de atuação do CEDI.

O ACONTECEU trabalha com notícias veiculadas durante a semana pelos principais veículos de comunicação do país (jornais e revistas) vinculadas aos temas básicos dos programas relacionados acima.

É pretensão ainda do ACONTECEU dedicar parte de seu espaço para as informações fornecidas diretamente pelos leitores ou pelas pessoas que atuam direta, ou indiretamente, nestes programas. Assim gostaríamos de contar com a colaboração de todos que igualmente se identifiquem com a nossa proposta, que tem a única e exclusiva intenção de se colocar a serviço dos movimentos populares.

São assinantes do ACONTECEU lideranças indígenas, sindicatos urbanos e rurais e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e tantos outros.



n.º 458 - junho de 1988

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 963
Telefone: 825-5544
01236 - São Paulo - SP

Editor

Xico Teixeira

Editora assistente

Ligia Dutra

Composição

Katia Simões

Produção Gráfica:

José Truda Jr.

Lúcia Carrera

Fotolitos e impressão

Tribuna da Imprensa

Assinatura Anual: CZ\$ 400,00
US\$ 60,00 (América Latina);
US\$ 85,00 (América do Norte);
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual CZ\$ 400,00

Assinatura Anual CZ\$ 400,00 América do Norte US\$ 85,00 Europa África Ásia US\$ 100,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Cop. _____ Est. _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Pague o seu subscrição através de cheque nominal para o

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 - Fundos - CEP 22241 - RJ

Conselho de Publicações

Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Júnior

Marcus Vinícius Grod Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão
Ribeiro
Xico Teixeira

Coordenador - Jether Pereira Ramalho

Sarney só sai em março de 1990

A novela do mandato do presidente José Sarney terminou três anos, dois meses e 17 dias depois da tumultuada posse a 15 de março de 1985. O Congresso constituinte aprovou dia 2, os cinco anos por 328 votos a 222, 3 abstenções (entre elas a de Ulysses Guimarães) e 5 ausências. O relator Bernardo Cabral, presente, não votou. Encerra-se também o ciclo das diretas-já aberto em 83 e que conteve a maior campanha popular da história recente do país.

Quando o resultado foi proclamado houve um anticlímax no plenário. Uma faixa que trazia os dizeres "5 anos = traição ao povo" foi estendida bem embaixo da mesa diretora dos trabalhos. Paulo Afonso, secretário-geral da Câmara, teve que se empenhar pessoalmente para arrancar e rasgar a faixa. Entre os vitorio-

sos não havia euforia, mas sim alívio. Entre os derrotados, melancolia.

Sarney recebeu a notícia através de um bilhete do chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, enquanto falava pelo telefone com sua mulher Marly. No bilhete estava escrito "venceremos: 328".

O Congresso constituinte aprovou ainda a realização de um plebiscito sobre a forma e o sistema de governo no dia 7 de setembro de 1993 e uma revisão constitucional, a ser feita também daqui a cinco anos.

As eleições presidenciais estão marcadas para o dia 15 de novembro de 1989. O segundo turno ocorrerá trinta dias depois de terminada a apuração. O novo presidente assume em 15 de março de 1990. (Folha SP - 03/06/88)

Repercussão: algumas opiniões

. **Luiz Lula da Silva, deputado federal:** "É a segunda grande frustração do povo brasileiro - a primeira foi a das diretas, em 84 -, e com a frustração da classe trabalhadora vai haver um grande desestímulo". (O E.S.P. 03/06/88)

. **Afif Domingos, deputado federal:** "Não vai fazer diferença nenhuma, porque quem não governou em quatro anos não vai governar em cinco anos". (O ESP. 3/6/88)

. **Delfim Netto, deputado federal:** "A definição vai ajudar a estabilizar a economia. O presidente acaba de receber seu mandato e terá mais tempo para executar sua política". (O ESP - 03/06/88)

. **José Genoíno, vice-líder do PT:** "Foi uma vitória de Pirro. O governo ganhou na Constituinte, mas está perdendo nas ruas. Os candidatos às eleições municipais de 15 de novembro que apoiam Sarney perderão em todos os lugares".

. **Roberto Cardoso Alves, líder do Centrão:** "O País terá tranquilidade e o presidente Sarney completará sua grande obra com paz de espírito". (O ESP-3/6/88)

. **Raimundo Faoro, jurista:** "O resultado da votação é falso porque não é legítimo. No aspecto fundamental, que constitui a vontade nacional, estamos sob uma mentira". (O ESP - 03/06/88)

. **Márcio Thomás Bastos, presidente da OAB:** "O Congresso Constituinte afastou-se perigosamente da cidade e deu as costas à Nação. Todos os meios de aferição do pensamento do povo chegaram aos mesmos resultados: 90% das pessoas consultadas queriam votar para presidente em 88, pretendiam o fim da transição e queriam a única forma possível de ruptura pacífica dentro das circunstâncias, mas prevaleceu o pensamento continuísta. A OAB tentou impedir a farsa dos que fingem imaginar ser possível democracia sem eleições". (O ESP - 03/06/88)

. **Cacá Rosset, ator:** É o fim. Sarney precisa pagar juros e correção monetária pelo tempo que já ficou no poder. Passamos de uma ditadura militar para uma ditadura civil. É um jogo de cartas marcadas, o que rolou de grana em cima dos constituintes não foi brincadeira. O Brasil é uma republiqueta". (ESP-3/6/88)

Carta poderá mudar em 5 anos

A nova Constituição será revista em cinco anos após a sua promulgação, de acordo com decisão tomada pelo plenário da Constituinte por 327 votos a favor, 165 contra e 18 abstenções. O Congresso Nacional, em sessão unicameral - Câmara dos Deputados e Senadores juntos -, promoverá as reformulações que julgar indispensáveis na nova Carta, por maioria absoluta (metade mais um) dos votos de seus membros.

Em outros países, como em Portugal, a revisão após cinco anos também foi adotada como uma forma de evitar o envelhecimento precoce da constituição. O plenário resolveu acolher a emenda do deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP) e do senador Ronan Tito (PMDB-MG) depois que

foi marcada para 1993 o plebiscito para decidir sobre a monarquia e a república, e o parlamentarismo e o presidencialismo. Caso o sistema de gabinete seja escolhido pelos eleitores, argumentou Joaquim Bevilacqua, será necessário introduzir amplas modificações no texto constitucional atualmente em discussão, que é presidencialista.

Fora do período de revisão constitucional marcado para 1993, a Constituição só pode ser emendada com os votos de dois terços da Câmara e do Senado, em sessões separadas - um quórum tão alto que impede alterações, como ocorreu com a emenda Dante de Oliveira, que convocava eleições presidenciais diretas para 1984. (JB - 03/06/88)

Os que lucraram e os que perderam

O desfecho da guerra dos cinco anos melhorou o cacife de alguns integrantes do quartel-general improvisado no Palácio do Planalto. O ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães, por exemplo, transforma-se numa espécie de primeiro-ministro, e o Paraná tem mais

um candidato a governador: o ministro da Saúde, Borges da Silveira. Entre os grandes derrotados figuram os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, além do ex-governador Leonel Brizola. (O Estado de São Paulo, 03/06/88)

Sistema será redefinido em 1993

Numa decisão surpreendente, comemorada ruidosamente pelo único monarquista do plenário - o deputado Cunha Bueno (PDS-SP) - e discretamente por centenas de parlamentares, a Constituinte marcou para daqui a cinco anos, no dia 7 de setembro de 1993, um plebiscito para decidir se o país continuará a ser uma república ou voltará à monarquia, e também se manterá o presidencialismo ou adotará parlamentarismo como sistema de governo.

A vitória da fusão de emendas, enca-

beçada por Cunha Bueno e pelo senador José Richa (PMDB-PR), um dos principais defensores do parlamentarismo na Constituinte, por 495 votos a favor, 23 contra e 11 abstenções, foi obtida sem o voto do parlamentar monarquista, que se esqueceu de registrá-lo no painel eletrônico. "É compatível. Foi a emoção. Afinal, ele é o pai da criança", brincou o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. (JB - 03/06/88)

Assine o Aconteceu semanal

Segundo turno: a decisão final

A Constituinte se prepara para a fase final de elaboração da nova Constituição Brasileira, quando todos os dispositivos definidos após meses de debates em plenário serão confirmados num segundo turno de votação. Essa etapa é igualmente importante, uma vez que os diversos setores da sociedade brasileira se preocupam em ampliar, ou pelo menos manter os avanços conquistados.

Nesse número, iniciamos a publicação de alguns artigos que pretendem discutir o que foi aprovado e garantir a manutenção de tudo aquilo que foi considerado avanço. É muito importante manter a mobilização dos segmentos populares e lutar junto aos constituintes de sua região, para pressioná-los a votar de acordo com os interesses da maioria da população.

Índios e estado: novas relações

O aspecto mais importante que resultou do texto aprovado em primeiro turno pelo plenário do Congresso Nacional Constituinte, sobre os direitos indígenas, é que ele estabelece novos marcos para as relações entre os povos indígenas e a sociedade-estado.

Historicamente, estas relações caracterizaram-se por seu colonialismo e pela imposição dos projetos da sociedade majoritária às sociedades indígenas. O único avanço concedido dentro dos marcos até agora vigentes, foi a substituição de políticas francamente exterminadoras por políticas incorporativistas, em vigor até nossos dias. Tão forte é esta determinação, que a atual constituição estabelece, explicitamente, que a legislação sobre os índios deve ter, como objetivo final, sua incorporação à comunhão nacional (art. 8º, XVII). O próprio Estatuto do Índio, conquanto enumere uma série de direitos especiais aos índios, fiel ao mandamento constitucional pretende apenas, com a proteção a eles legalmente conferida, tornar mais "pacífico" este mesmo irrenunciável processo integracionista (art. 1º).

O texto aprovado em primeiro turno suprime, definitivamente (enquanto vigorar a nova carta) a integração dos índios como finalidade da legislação e, ao

lhes garantir proteção e respeito à sua organização social, usos, costumes, línguas, crenças e tradições - além de lhes reconhecer seus originários direitos sobre as terras que ocupam - suprime-a também da política do próprio estado.

Esta política, por outro lado, deixa de pertencer ao monopólio do Executivo, como até agora. Parcelas vitais de decisões que afetem as nações indígenas passam a ser determinadas pelo Congresso Nacional, instituição para onde converge a representatividade da própria sociedade-estado. Tratando-se, como se trata, de questões que envolvem as relações desta sociedade com as múltiplas sociedades indígenas, estabeleceu-se que, em relação à mineração e aproveitamento de recursos hídricos e energéticos em suas terras, os índios deverão ser ouvidos durante o próprio processo decisório. Nenhum outro segmento não-indígena obteve para si tal espaço, pois, para estes, o Congresso, excerce, plenamente, a representatividade, e suas decisões são legítimas. Como corolário desta conquista, os índios obtiveram, 488 anos após o início da ocupação do Brasil, que a lei maior da sociedade advéncia admita, finalmente, que eles não são uma espécie em extinção!

(Julio Gaiger, Assessor Jurídico do CDM, Especial para o Aconteceu.)

está aprovada aí".

Megaron Metuktire (Kaiapo do Parque Indígena do Xingu) = "os brancos têm que respeitar o que eles próprios criaram hoje. Não fomos nós que criamos, nós só estamos marcando presença. O branco que votou, que fez essa lei, vai ter que cumprir. Nós vamos cobrar essa lei que

Paiakan (Kaiapo) = "497 votaram sim. Espero que respeitem o que foi aprovado hoje. Temos que acreditar. Houve participação de todo mundo. Houve participação dos índios. Tem que ser bom."
(Especial para o Aconteceu Semanal)

Direitos indígenas foram ampliados

A Constituição brasileira em vigor, promulgada em 1967, com a nova redação em 1969, em plena era de regime autoritário militar, estabelecia de forma contudente a proteção das terras indígenas, sem, contudo defini-las. Mas trata apenas de terras, criando juridicamente a divisão entre a propriedade destas terras, que estão incluídas entre os bens da união e a sua posse, permanentemente, com direito a usufruto exclusivo, entregue aos índios. Esta Constituição chama os índios pelo impróprio termo de "silvícola" e sugere o conceito de terra indígena como "terras habitadas pelos silvícolas".

O texto aprovado em primeiro turno pela Assembléia Nacional Constituinte traz alguns significativos avanços em relação à Constituição em vigor:

1. Amplia os direitos dos indígenas, reconhecendo sua organização social, seus usos, costumes, tradições, línguas e crenças.

2. Considera o direito à terra como originário, isto é, anterior à lei ou ato que assim o declare.

3. Conceitua terra indígena, incluindo nela não só aquelas necessárias à habitação, mas à produção, preservação do meio ambiente e às necessárias à sua produção física e cultural.

4. Pela primeira vez, a nível constitucional, admite a existência de direitos coletivos, seja reconhecendo a organização social indígena, seja atribuindo à comunidade direitos como o de opinar sobre o aproveitamento de recursos naturais e o de postular em juízo.

5. Trata com mais detalhes, estabelecendo assim melhores garantias, das questões pertinentes à exploração dos recursos naturais, especialmente os minerais, para o que a prévia anuência do congresso nacional.

6. Proíbe a remoção de grupos indígenas, dando ao Congresso Nacional a possibilidade do estudo das eventuais e estabelecidas exceções.

7. Chama os índios de "índios", "comunidades" e "grupos indígenas".

(Carlos Frederico Mares de Souza, advogado, Assessor da Coordenação Nacional Povos Indígenas na Constituinte, especial para o **Aconteceu Semanal**).

O que foi aprovado

Título VIII Da Ordem Social Capítulo VIII Dos Índios

Art. 268 — São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-la, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Parágrafo Único — O aproveitamento dos recursos hídricos, inclusive dos potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Art. 269 — As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são destinadas à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, fluviais e lacustres nelas existentes.

Parágrafo 1º — São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, incluídas aquelas imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem estar, e as áreas necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Parágrafo 2º — As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas são imprescritíveis.

Parágrafo 3º — Fica vedada a remoção dos grupos indígenas das terras que tradicionalmente ocupam, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, nos casos de catástrofe ou de epidemias que ponham em risco sua população, e, nos casos de interesse da soberania nacional, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer caso, o retorno imediato tão logo cesse o risco.

Parágrafo 4º — São nulos e extintos, e não produzirão efeitos jurídicos os atos que tenham por objetivo a ocupação, o domínio e a posse das terras de que trata o parágrafo primeiro deste artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, fluviais e lacustres nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar. A nulidade e extinção de que trata este parágrafo não dão direito de ação ou indenização contra a União, salvo quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé, na forma da lei.

Parágrafo 5º — Não se aplica nas terras indígenas, o disposto no Parágrafo 3º do art. 203.

Art. 270 — Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos seus interesses e direitos, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Começam estudos para reserva Xavante

O superintendente da Funai para o Centro-Oeste, Nilson Campos Moreira, informou que na próxima terça-feira será criada uma comissão para estudar a questão das terras dos Índios Xavantes, da reserva Parabuburê, próxima ao município de Nova Xavantina. Os índios querem que o governo crie um parque florestal numa área de cerca de 12 mil hectares de terras devolutas do estado, localizada próxima ao Rio Paraíso, ameaçada segundo de nuncias dos Xavantes, por fazendeiros da região.

O superintendente da Funai explicou que a comissão será composta por representantes da Funai, Secretaria de Assuntos Fundiários de Mato Grosso, Prefeitura Municipal e lideranças indígenas e vai avaliar diversos aspectos do problema, como a ocupação original da área pelos Xavantes, o fato de as terras serem patrimônio do Estado, a presença econômica na região, além da questão do meio-ambiente, cerca de mil índios Xavantes vivem na reserva Parabuburê. (Notícias Populares SP - 29/05/88)

Índios de Taracuí aceitam demarcação de suas terras

Os grupos indígenas que habitam a área de Taracuí, pertencente ao município de São Gabriel da Cachoeira, após reunião com o representante do Conselho de Segurança Nacional, coronel Carneiro e com técnicos da Fundação Nacional do Índio, aceitaram propostas de demarcação de suas terras, que abrange uma área de um milhão 616 mil hectares. A proposta foi aceita em reunião com a comunidade no dia 11 de maio, em Taracuí.

As reuniões com as comunidades envolvidas no processo de demarcação das terras indígenas, estão regulamentadas

conforme os Decretos 94.945 e 94.946 do presidente da República. Com a aceitação da proposta da demarcação, a terra indígena de Taracuí será demarcada brevemente e compreenderá uma colônia indígena e duas florestas nacionais.

Além das propostas de demarcação da terra indígena de Taracuí, as lideranças solicitaram a intervenção da Funai e do Conselho de Segurança Nacional, junto as lideranças de Pari-Cachoeira, para que seja permitido aos habitantes de Taracuí a garimpagem na Serra do Traira, através do rio Ira. (A Crítica - 18/05/88)

TFR mantém sentença que expulsou dois indigenistas do Cimi

O Tribunal Federal de Recursos negou pedido de habeas corpus impetrado por Silvio Cavuscens e Marlete Oliveira, ambos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), mantendo a sentença do juiz federal da 3ª Vara do Distrito Federal e a decisão do presidente da Funai, Romero Jucá Filho, que os expulsou da área indígena Vale do Javari, do Amazonas. Foi negado também salvo-conduto para que

os dois indigenistas possam continuar atuando junto às comunidades indígenas Marubo e Ticuna. Silvio e Marlete foram detidos, em dezembro de 86, por dois agentes da Polícia Federal de Tabatinga porque não tinham autorização escrita da Funai para entrar na aldeia de Posto Velho, perto da cidade de Benjamin Constant (AM). (O Estado SP - 01/06/88)

Acontecendo

Insônia

A obstrução do deputado Mário Covas à votação do mandato, na noite de quarta-feira, irritou o presidente Sarney.

- É inacreditável - disse o presidente logo pela manhã.

Com a manobra, os progressistas conseguiram pelo menos tirar o sono do presidente.

O que, àquelas alturas, não deixou de ter um certo gostinho de vitória.

(Informe JB - 03/06/88)

Rapidez

Presenteado pelo deputado José Genoíno com uma mão de papelão indicando os quatro anos para Sarney, Ulysses Guimarães foi mais rápido do que as câmeras dos fotógrafos: atirou o presente numa gaveta, impedindo assim o flagrante comprometedor. (Painel FSP - 03/06/88)

Muy amigo

O governador Moreira Franco não gostou nem um pouco da idéia do ministro Paulo Brossard ajudar o governo do Rio no combate a violência:

- Eu prefiro continuar cuidando do assunto com o presidente José Sarney e os ministros Leônidas Pires Gonçalves e Ivan de Souza Mendes.

O ministro da Justiça, como se sabe, cultivava uma velha mania de hostilizar o governador do Rio - independente de quem esteja exercendo o mandato.

(Informe JB - 03/06/88)

Negócio

O vice-presidente de Cuba, Carlos Rafael Rodríguez, no encontro que manteve com o presidente José Sarney, em Nova York, convidou a Petrobrás a participar da exploração da reserva de petróleo recentemente descoberta a oeste de Varadero. (Informe JB, 08/06/88)

Adiamento difícil

Com a aprovação do substitutivo do Centrão, marcando o final dos mandatos dos prefeitos e vereadores para 1º de janeiro de 89, ficou mais difícil a prorrogação dos mandatos municipais.

Caberá agora aos prorrogacionistas conseguir 280 constituintes dispostos a dar seu voto pelo cancelamento das eleições deste ano. (Painel FSP - 03/06/88)

Olho no senado

Sarney quer restabelecer de qualquer jeito a maioria governista no Senado, que perdeu a partir do episódio da CPI da Corrupção.

Para isso vai conversar pessoalmente com os senadores, especialmente aqueles com os quais conviveu nas duas últimas décadas e que hoje se dizem na oposição.

Será a operação "filhos pródigos". (Painel FSP FSP , 08/06/88)

Contra Tancredo

O jornalista José Augusto Ribeiro, que foi assessor de imprensa de Tancredo, jura ter ouvido dele que se o Congresso constituinte votasse mais de quatro anos, ele deixaria o governo.

O neto de Tancredo, Aécio Cunha Neves, aparentemente não pensa como o avô: ele votou nos cinco anos. (Painel

FSP - 03/06/88)

SOS

O Conselho de Segurança Nacional está preocupado com a questão do desmatamento da Amazônia.

Ou, pelo menos, ocupado.

Tanto é assim que o ministro-chefe da Casa Militar, general Bayma Denys tem encontro marcado na próxima semana com o líder seringueiro Chico Mendes, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Acre, que tem se destacado na luta pela preservação da floresta amazônica. (Informe JB, 08/06/88)

Alto risco

O susto que Sarney passou, dia 5, no aeroporto de Nova York, quando seu jato teve que arremeter para não chocar com um "jumbo" japonês, é a quarta situação de risco que ele enfrenta nos últimos tempos.

A primeira foi o "picaretaço" do Rio, seguindo-se a ameaça dos tubarões, na praia do Calhau, e mais recentemente o pouso forçado de helicóptero em Luziânia (GO).

Está na hora de Sarney procurar os capuchinhos. (Painel FSP, 08/06/88)

Suplicy decide

Eduardo Suplicy decidiu: vai apoiar o deputado Plínio Sampaio a prefeito de São Paulo.

Antes de tomar sua decisão, Suplicy fez questão de assistir todos os debates, no PT, entre os pré-candidatos Luiz Erudina e Plínio.

"Plínio está excepcionalmente preparado e maduro", diz. (Painel FSP, 08/06/88).

Horizontes

O presidente do PFL, Marco Maciel, não espera muita coisa do mandato mais longo de Sarney:

"Não sei se ele terá condições de fazer em 19 meses o que não conseguiu fazer nos 31 meses anteriores." (Painel-FSP, 03/06/88)

Novo regime

A deputada Moema Santiago, do PDT, tem uma velha mania.

Sempre que é submetida a uma grande tensão, ela devora várias barras de chocolate.

No dia 2, com o fim da discussão do mandato de Sarney, ela anunciava o início imediato de um regime para perder os dois quilos que os chocolates lhe acrescentaram nos últimos dias. (Painel FSP - 03/06/88)

Brizola ataca

Leonel Brizola continua afirmando que, se eleito, um de seus primeiros atos na Presidência da República será acabar com a Rede Globo.

Falando aos repórteres, depois de sua conferência de segunda-feira na OAB paulista, Brizola disse que "o país é in governável com a Rede Globo. O certo é chamar o dr. Roberto Marinho para assumir logo o poder". (Painel FSP, 28/05/88)

Fazendeiros não obtêm mandato de Segurança

O Supremo Tribunal Federal indeferiu dia 29/05 o mandato de segurança impetrado por fazendeiros contra o decreto presidencial que delimitou a reserva indígena dos Pankararu, nos municípios de Ta caratu e Petrolândia, em Pernambuco.

Nessa área vivem cerca de 3.500 índios. (Painel FSP - 28/05/88)

Semelhança

O Presidente José Sarney e Adhemar de Barros, que governou São Paulo por três vezes, têm estilos semelhantes - como lembra um conhecido empresário carioca.

Adhemar, que faleceu em Paris em 1969, era eterno candidato a presidente da República.

A cada eleição ele tentava mobilizar o país com o refão de campanha e nada de ir à presidência.

Sarney por sete vezes anunciou que dessa vez começaria a governar para valer.

Até agora, sem resultados expressivos. (Informe JB, 08/06/88)

Retrato do Brasil

Até hoje o prefeito Saturnino Braga não recebeu um centavo sequer do dinheiro que lhe foi prometido pelo presidente Sarney por ocasião das enchentes de fevereiro. (Informe JB - 03/06/88)

Nova diretoria da Andes toma posse no Rio Grande do Sul

Integrantes da nova diretoria da Andes (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior) eleita em maio, estiveram dia 2, em Porto Alegre, para tomar posse oficialmente. O presidente eleito, Sadi Dal Rosso, 42, professor da Universidade de Brasília (UnB), disse que a posse coincidirá com a abertura do 17º Conadi (Conselho Nacional de Associação de Docentes), que foi realizado na Faculdade de Arquitetura da UFRGS, na capital gaúcha.

Segundo o professor Dal Rosso, a principal tarefa do conselho foi ava-

liar o desempenho do Congresso constituente em relação ao tema educação. Como pontos negativos apreciados pelo Congresso, ele citou a retirada da aposentadoria especial para professores universitários, a abertura à empresa privada de um espaço que deveria ser ocupado prioritariamente pelo Estado e a disparidade entre os direitos dos professores particulares e públicos. Como pontos positivos, o presidente da Andes incluiu a manutenção da gratuidade do ensino e a autonomia universitária. (FSP - 03/06/88)

Estudantes pedem meia passagem e fecham rua na Zona Sul do Rio

Cerca de 300 secundaristas fecharam durante uma hora e meia, no início da tarde do dia 7, a Rua São Clemente, em Botafogo, Zona Sul do Rio, no trecho em frente ao Palácio da Cidade e provocando um engarrafamento de cerca de três quilômetros, até o Túnel Santa Bárbara. Tudo porque a Assessoria do Prefeito Saturnino Braga demorou a liberar a entrada de uma comissão que foi reivindicar o pagamento de meia passagem nos ônibus. O Secretário municipal dos Transportes, Miguel Bahury, que recebeu os alunos, prometeu negociar com as empresas o desconto, desde que ele não resulte em aumento nas passagens. O Vice-Presidente da Associação Metropolitana de Estudantes Se-

cundaristas (Ames), César Miranda, disse que os estudantes não aceitam mais promessas. Por isso, caso até a próxima semana não haja uma resposta às suas reivindicações, eles tentarão garantir o pagamento de meia passagem através de ações judiciais e encaminhando abaixo-assinado à Câmara de Vereadores.

- Existe a Lei Municipal nº 521 de 1984, que garante ao estudante o direito à meia passagem. O que nós queremos é que ela seja regulamentada, já que as tarifas dos ônibus passarão a subir mensalmente. Tudo que o Secretário nos falou já escutamos em outras ocasiões, e isso já não nos convence mais - disse o Vice-Presidente da Ames. (O Globo, 08/06/88)

Secretaria apura quantos estão fora de aula no Estado do Rio

A Secretaria estadual de Educação do Rio de Janeiro realizou nos dias 4 e 5 de junho a segunda etapa do cadastramento das pessoas que, de 5 a 21 anos por um outro motivo, deixaram de estudar. Essa etapa abrange 52 municípios das regiões Serrana, Norte, Noroeste, Baixada Litorânea, Médio Paraíba, Centro-Sul e Baía da Ilha Grande.

A primeira etapa do projeto, em 13 municípios da região metropolitana do

Rio, concluiu que do público cadastrado - 74 mil 592 pessoas - 50,4 por cento nunca tinham frequentado a escola e 49,6 por cento interromperam os estudos por falta de vagas no curso desejado, por falta de dinheiro para pagar as mensalidades, porque precisavam trabalhar, ou ainda porque o colégio era muito longe da casa ou do local de trabalho. (J B - 05/06/88)

Deputado gaúcho é assassinado com dois tiros na porta de casa

A Polícia gaúcha reconstituiu o assassinato do jornalista e deputado estadual José Antonio Daudt, de 48 anos, morto no último sábado com dois tiros de espingarda calibre 12, em frente ao prédio onde morava no bairro Moinhos de Vento. A principal testemunha, um menino de 12 anos, guardador de carros, segundo o delegado Wilson Muller Rodrigues, da Divisão de Investigações, prestou "importantes informações" à polícia, contribuindo, com isso, para a feitura do retrato falado do assassino.

Segundo informações policiais, o garoto teria ido até o carro onde estava o assassino e perguntou-lhe se desejava

que guardasse o veículo, quando viu a espingarda calibre 12 junto ao banco do condutor. O depoimento do garoto vai mais longe: o assassino deu-lhe CZ\$ 500 para não deixar o local. Isto significa para a polícia que o assassino queria evitar que o menino avisasse alguém. O menino descreveu o assassino como um homem branco, de mais ou menos 45 anos, de barba, uma jaqueta preta e relógio, também preto, no pulso direito.

O secretário de Segurança, Waldir Walter descartou dia 6 a possibilidade de crime político ou latrocínio, salientando que "o crime foi premeditado, possivelmente por vingança". (JB - 07/06/88)

Parlamentar amigo de Daudt é principal suspeito do crime

Antonio Dexheimer, deputado do PMDB, médico e um dos maiores amigos do também deputado José Antônio Daudt, assassinado a tiros na noite do dia 4 em Porto Alegre, está sendo apontado por sua própria ex-mulher e por amigos de Daudt como o principal suspeito da morte do parlamentar. Dexheimer procurou José Azevedo, chefe do gabinete de Daudt e prometeu fazer-lhe uma visita em casa. Azevedo chamou a polícia, mas Dexheimer não apareceu.

Em entrevista à Rádio Gaúcha, Antonio Dexheimer negou a autoria do crime, considerando-a "um grande equívoco", resultante de "um conjunto de peque-

nas maledicências". E aponta um alibi: declarou que, na hora do crime, estava em sua residência, tomando licor com um casal amigos. Dono de um Monza cinza semelhante ao visto por testemunhas no local do crime, inclusive por um garoto guardador de carros - Dexheimer não soube explicar por que sua ex-mulher, Vera, de quem está separado há quatro meses, teria supostamente apontado seu nome como suspeito e nem por que o chefe do gabinete de Daudt chamou a polícia para surpreendê-lo em sua residência. Disse que teria procurado José Azevedo para saber mais detalhes da suspeita em torno de seu nome. (JB - 07/06/88)

Receita acusa a Fiat de não pagar Imposto de Renda

A Fiat Automóveis foi intimada a recolher CZ\$ 5,2 bilhões em imposto sonegado, conforme revelou uma fonte do governo. Este valor foi apurado por fiscais da Secretaria da Receita Federal na sede da empresa, em Betim, Minas Gerais,

durante três semanas de verificação das contas da montadora. Na devassa, eles teriam constatado a sonegação de Imposto de Renda, PIS e Finsocial, entre 1985 e 1987.

(Estado S.P., 02/06/88)

PM reprime movimento ecológico e estudantil em Santa Catarina

Trinta soldados da tropa de choque da Polícia Militar impediram na manhã do dia 4 que membros do Movimento Ecológico Livre (Mel) e de entidades estudantis bloqueassem a entrada do depósito de lixo de Florianópolis em manifestação comemorativa do Dia Mundial do Meio Ambiente. Cerca de 30 ecologistas fecharam o acesso ao depósito às 7 horas, mas a adesão ao ato foi prejudicado pelo mau tempo. As 11 horas a PM chegou ao local, a pedido do presidente da Companhia de Melhoramentos da Capital (Comcap), Marius Bagnatti, e depois de meia hora desalojaram os manifestantes com empurrões.

O lixão de Florianópolis é um dos mais sérios problemas de saúde pública do estado, por estar a apenas sete quilômetros do Centro, no bairro Itacorubi, em pleno caminho para as praias do norte e nordeste da ilha, poluindo um mangue tom bado por lei federal e cuja responsabilidade de preservação é da Universidade Fe

deral de Santa Catarina. Há 32 anos o local é utilizado como depósito. Recebe diariamente 250 toneladas de lixo, numa idéia que o engenheiro Mario Guesser, da Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente, considera "entre as mais altas do país" - 1,2 quilo por habitante.

O prefeito Edilson Andriano tentou construir uma usina de grande porte na localidade de Santo Antonio de Lisboa, no litoral noroeste da ilha, mas a obra está bloqueada na Justiça. O arquiteto Francisco Ferreira, do Mel, acusa Andriano de não ter respondido à Justiça com o Relatório de Impacto do Meio Ambiente (Rima), documento que daria base técnica à decisão judicial. Em setembro, os ecologistas e os moradores do Itacorubi blo quearam o lixão por cinco dias, entrando em acordo com a Prefeitura, que prometeu resolver o problema em nove meses, veni dos ontem. (JB - 05/06/88)

Polícia dissolve com violência passeata pela Represa Billings

Na véspera do Dia Mundial do Meio Ambiente, uma manifestação, ecológica em defesa da represa Billings, na região do ABCD paulista, terminou em tumulto e pancadaria com a intervenção de um pelotão de tropa de choque da PM.

Segundo a polícia, os manifestantes tentavam bloquear a via Anchieta - ligação da capital com a Baixada Santista - para protestar contra a poluição da Billings, que recebe 80% do esgoto produzido na região metropolitana.

Os policiais agiram com violência para retirar os manifestantes da via Anchieta, no quilômetro 39, distrito de Riacho Grande, em São Bernardo do Campo. O vereador do PT de São Bernardo, Wagner Lino Alves, foi preso sob acusação de ter agredido o tenente-coronel Niveo Mar celino, da Polícia Rodoviária Estadual.

Alves nega qualquer agressão. Ele foi levado ao distrito policial de São Bernardo, prestou depoimento e foi liberado. Durante o tumulto, sua mulher, Cleusa Revisan Alves, desmaiou e foi levada a um pronto-socorro da cidade.

O militante do Partido Verde, Antônio Carlos Della Brava, foi ferido na cabeça a golpes de cassetete desferidos pelos PMs e precisou ser medicado.

A manifestação promovida pelo Movimento de Defesa da Vida do Grande ABCD e apoiada por trinta entidades tinha por objetivo alertar os motoristas que transitassem pelas vias Anchieta e Imigrantes - que também liga a região ao litoral - sobre a poluição na represa Billings, que abastece com água a capital e mais seis municípios da Grande São Paulo. (JB - 05/06/88)

Posse de D. Luciano em Mariana reúne mais de cinco mil pessoas

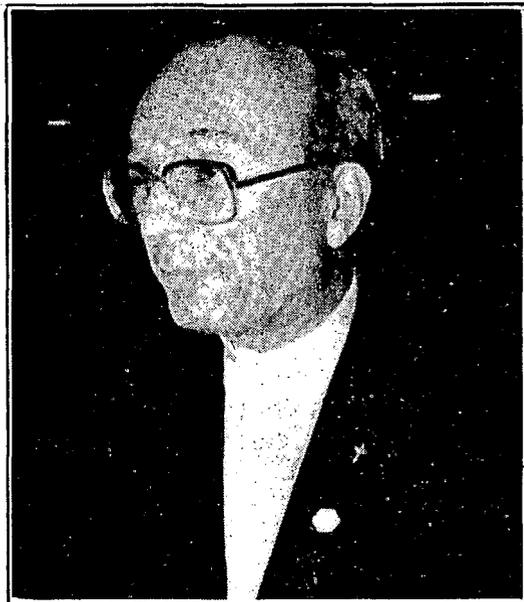
A cerimônia de posse do Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, como Arcebispo de Mariana, transformou-se numa ecumênica festa política e religiosa, onde se misturaram bispos conservadores e progressistas e políticos de todas as tendências - do PDS, aos dissidentes do PMDB.

Cerca de cinco mil pessoas aglomeraram-se na Praça da Catedral Basílica, uma construção do século XVIII, para ouvir a leitura da bula Papal oficializando a posse de Dom Luciano e assistir à missa concelebrada por cerca de 50 bispos de vários Estados brasileiros e dois cardeais.

Ladeado pelos Cardeais de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, e do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Salles, Dom Luciano liderou o cortejo entre a Igreja de São Francisco e a Catedral Basílica, caminhando cerca de 500 metros por ruas recobertas por um tapete de serragem e pó de tinta coloridos, formando desenhos com motivos religiosos.

As sacadas das casas foram ornamentadas com guirlandas de flores e fitas nas cores do Vaticano - branco e amarelo. No meio do povo, estavam personalidades como o Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, o Senador Ronan Tito (PMDB), o Deputado Bonifácio de Andrada (PDS) e o Deputado Otávio Elísio (sem partido), todos mineiros.

Durante o sermão, Dom Luciano deu os primeiros indícios de que pretende introduzir modificações na linha pastoral



da Arquidiocese. Se a preocupação central de seu antecessor Dom Oscar de Oliveira era com os seminários e a formação sacerdotal, o Presidente da CNBB quer o engajamento dos cristãos na construção de uma sociedade nova. Após elogiar o trabalho de Dom Oscar e a pureza da fé do povo de Mariana, disse que gostaria de ajudar a firmar essa fé aliando-a a um "compromisso de transformação social, num Brasil que ainda não acertou o passo nas metas sociais".

- Venho com a vontade de colocar em prática as orientações da CNBB na linha de formação espiritual, formação cristã e compromisso com a transformação social - disse ele. (O Globo - 29/05/88)

D. Vicente Scherer recebe homenagem e critica padre candidato a prefeito

O Cardeal Dom Vicente Scherer criticou na Assembléia Legislativa, o padre Roque Graziottin por sua decisão de concorrer à Prefeitura de Caxias do Sul - ele é candidato pelo PT.

Segundo Dom Vicente Scherer, que foi homenageado pelos deputados por sua

dedicação à reconstrução da Santa Casa da Misericórdia, o envolvimento de membros do Clero na política partidária, mais cedo ou mais tarde, reverterá em prejuízo, "tanto para o partido como para a Igreja". (O Globo - 02/06/88)

Americanos ignoram América Latina apesar da ampla cobertura da imprensa

Apesar da ampla cobertura que a América Latina tem recebido nos últimos anos pelos meios de comunicação dos Estados Unidos, a maior parte dos Americanos ignora ou confunde a realidade da região, segundo pesquisa da Market Opinion Research divulgada esta semana em Washington. Com todo o noticiário sobre o conflito na Nicarágua, cerca de 60 por cen-

to da população acreditam que a União Soviética está apoiando uma "revolução comunista contra o Governo" de Manágua. Apesar de o Governo Reagan haver entregue do cerca de US\$ 3 bilhões ao Governo de El Salvador para o combate à guerrilha de esquerda, a maioria pensa que o Governo desse país é inimigo dos Estados Unidos. (O Globo, 03/06/88)

Trabalhadores encerram greve geral e Equador volta à normalidade

Terminada a greve nacional de 24 horas que fechou grande parte do comércio do país e provocou alguns atos de violência, o Presidente León Febrés Cordeiro, um conservador que deixará o cargo daqui a dois meses, suspendeu o estado de emergência nacional à meia-noite de quarta-feira, menos de um dia depois de haver imposto a medida para tentar impedir a greve, provocada pela Frente Única dos Trabalhadores, confederação que represen-

ta 2 milhões dos 3,1 milhões de trabalhadores do Equador e está exigindo aumento salarial. Um policial foi gravemente ferido pela explosão de um coquetel-molotov durante a greve e 12 pessoas foram presas, entre elas um padre católico, informou o Governo. O Ministro do Interior Heinz Moeller, em entrevista à imprensa, chamou os líderes da greve de "inimigos da democracia". (O Globo, 03/06/88)

Sandinistas punem duas rádios que divulgaram comunicado dos Contras

O governo sandinista suspendeu dia 2, por dez dias, o noticiário da **Rádio Católica** e por oito dias o da **Rádio Corporacion**, em represália pela divulgação de um comunicado da Resistência Nicaraguense, o órgão político dos rebeldes **contras**. No comunicado, os **contras** afirmavam que um de seus combatentes foi seguestrado por tropas sandinistas depois de recusar-se a aceitar uma anistia decretada pelo governo.

A suspensão ocorre no momento em que os sandinistas e os **contras** estão negociando um acordo de paz baseado na trégua assinada pelos dois lados em março. Ao assinar a trégua, o governo de Manágua comprometeu-se a respeitar a li-

berdade de imprensa. O governo justificou a suspensão dos noticiários afirmando não poder tolerar o que qualificou de "libertinagem".

Ao mesmo tempo, as autoridades acusaram o economista Mario Alegria, dirigente do Conselho Superior da Empresa Privada (CSEP), de dirigir uma rede de espionagem da CIA, o serviço secreto americano. Alegria, diretor do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais da CSEP, está preso desde quarta-feira. Segundo o Ministério do Interior, ele dirigia uma rede de espies dedicada a obter segredos de Estado e seus subordinados são vários "agentes infiltrados no aparelho do Estado". (Estado S.P., 03/06/88)

Cz\$ 36 milhões do Banco do Brasil apreendidos para pagar a URP

O juiz Milton Rodrigues, da 1ª junta de Conciliação e Julgamento de Ribeirão Preto (310 km ao norte de São Paulo), determinou dia 1 de junho, a apreensão de Cz\$ 36 milhões da agência centro do Banco do Brasil, que vão ficar à disposição da Justiça para o pagamento das URPs de abril e maio aos 600 funcionários da agência local e do posto instalado no município de Jardinópolis.

A apreensão do dinheiro foi feita por dois oficiais de Justiça e a quantia apreendida deverá agora ser requisitada ao juiz pelo departamento jurídico do Sindicato Regional dos Bancários para o pagamento dos funcionários. O dinheiro

havia sido oferecido em caução pela gerência regional do Banco do Brasil para o pagamento das URPs até que se findasse o processo, porém o juiz Milton Rodrigues indeferiu o pedido.

Em seu despacho, o juiz afirma que o banco "confessou a existência de dinheiro suficiente para o pagamento das URPs" e por isso decretava a apreensão da importância necessária, requisitando-se, se preciso, força policial para o cumprimento da determinação. Os Cz\$ 36 milhões foram depositados na conta da Junta de Conciliação e Julgamento e deverão render juros e correção monetária. (Folha SP, 02/06/88)

TST julgará no dia 15 se decreto é inconstitucional

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Marcelo Pimentel, marcou para o próximo dia 15, às 13h30, a sessão que vai julgar a constitucionalidade do decreto-lei 2.425 que congelou a Unidade de Referência de Preços (URP) de abril e maio incidente sobre os salários dos funcionários públicos federais e de empresas estatais. Por oito votos contra três, os ministros do TST julgaram ilegal a paralisação dos pe-

troleiros na greve geral dos dias 3 e 4 de maio passado.

O julgamento sobre a constitucionalidade do decreto-lei 2.425 foi solicitado pelo advogado Ulisses Riedel, do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro e aprovado por dez ministros contra apenas um. O julgamento só não ocorreu dia primeiro devido a uma manobra regimental feita pelo revisor do processo, ministro Américo de Souza. (Folha SP, 02/06/88)

Prefeito confirma prazo e servidores podem parar

Os representantes de 23 associações de Servidores Municipais que participaram dia 7, da reunião com o prefeito Saturnino Braga afirmaram que toda a categoria está disposta a entrar em greve, já que suas reivindicações não serão atendidas agora. O prefeito disse que a terceira parcela do reajuste de março, de 9,92% só será paga em julho, com a arrecadação do IPTU.

Durante a reunião, Saturnino disse

aos servidores que o quadro atual é de falência do serviço público da privatização, mas esta atitude não será adotada por ele. "Senti que a situação é grave, pois não tenho de onde tirar dinheiro, pois não posso nem mesmo emitir títulos de dívida pública. Eles entenderam a situação, mas não se conformam. Se houver greve, o que não vai adiantar nada, a coisa pode piorar", disse Saturnino Braga. (JB - 08/06/88)

Pistoleiros tentam matar líder rural em Cabo Frio

O presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, Sebastião Lan, baleado na cabeça e no pescoço por dois homens, quando esperava ônibus no km 123,5 da rodovia Amaral Peixoto, em frente à entrada da fazenda Campos Novos, foi operado no hospital Santa Isabel e ficou internado no CTI em estado gravíssimo. Ele era também possessor da fazenda, em que há conflitos de terra desde 1968.

Casado, pai de nove filhos, Sebastião Lan tinha audiência marcada para o dia 8, às 16h, com o ministro da Reforma Agrária, Jader Barbalho, em Brasília, informou o coordenador do movimento dos sem-terra, Manuel Barbosa. Há três meses ele denunciava que recebia constantes ameaças de morte, por defender a desapropriação de terras ocupadas por posseiros na zona de Cabo Frio e São Pedro d'Aldeia.

No dia 6 à tarde o ministro Barbalho telefonou para o hospital.

O Líder

Socorrido por seu genro, Emílson Motta, e levado para o Santa Isabel pelo administrador da fazenda, Junqueira, conhecido como Lira, Sebastião Lan foi atendido na emergência pelo médico Manuel Artur Seve, que constatou perfurações de bala na cabeça (altura das têmporas) e no pescoço. No CTI, foi operado pelos neurocirurgiões Carlos Eduardo e Wagner Monteiro.

Ele chegou ao hospital às 8h20 min (o atentado foi às 7h) e logo depois dezenas de lavradores, diretores do sindicato e líderes do PT, PC do B, PV e PFL apareceram no Santa Isabel. O delegado sindical Cecílio Pereira Gonçalves contou que Lan estivera dia 5, em Campos, onde participou de reuniões da federação dos trabalhadores rurais. Ele denunciou na reunião que a Agrisa, destiladora de álcool da localidade de Araçá, descontava as contribuições sindicais de 200 empregados para o sindicato de Campos, em vez de descontá-las para o sindicato de Cabo Frio.

O atentado

Cecílio Pereira Gonçalves contou que os criminosos (eles estavam num fusca branco) levaram uma pasta em que Lan guardava documentos sobre violência contra posseiros. Francisco Valença Lan, 14, filho de líder sindical, revelou que o atentado foi visto por Carlos, um empregado da Prefeitura que recolhe lixo na zona rural. Adiantou também que os dois homens simularam um defeito no carro, para se aproximar de Lan.

O Secretário de Polícia Civil, Hélio Saboya, telefonou dia 6, para o delegado da 133ª DP, Jofre Guedes, e pediu empenho na apuração do caso. Mas o inquérito ficará a cargo da 134ª DP (Búzios), em cuja jurisdição se deu o atentado. Policiais de Cabo Frio estiveram na sede do sindicato e colheram informações sobre Sebastião Lan. A Secretária Valdinete Conceição Tavares revelou aos policiais que Sebastião lhe contara, dias antes, que um bugre, com três e às vezes quatro homens, rondava sua casa.

A disputa

Os litígios de terra existem na zona rural de Cabo Frio há cerca de 15 anos, quando ocorreu a primeira morte, a do lavrador Manuel Manguera, em 1973. Em 1976, o casal Aderci José Viana foi morto a tiros, quando resolveu enfrentar homens armados que destruíram suas plantações com um trator.

Dois anos depois o possessor Benício Gomes foi chicoteado pelo jagunço conhecido por José Cordeiro e alvejado à queima-roupa; Benício resistia às tentativas dos jagunços para afastá-lo da área. Um advogado de Cabo Frio, que acompanha os litígios, estimou em 70 o número de ações impetradas pela companhia agrícola Campos Novos para expulsá-los. Na área conhecida por Fazendinha, os lavradores alegam morar há mais de 30 anos.

O município de Cabo Frio foi considerado área prioritária para efeito de reforma agrária. O decreto que originou a desapropriação pelo Incra (57081) é de 1968. (JB - 07/06/88)